



**Conselho de
Entidades de Base
CEB-UFMG**
(Grêmios, CEs, CAs e DAs)

Carta Aberta do DCE e das Entidades de Base da UFMG sobre a implementação do Ensino Híbrido Emergencial

Estamos imersos em uma triste realidade! O Brasil vive uma crise econômica, sanitária, social e política sendo governada pelo presidente Jair Bolsonaro, um genocida. Ultrapassamos em nosso país a marca de mais de 533 mil mortes por COVID-19. Enquanto isso, a vacinação da população segue atrasada, por (ir)responsabilidade do Governo Federal que não comprou as vacinas a tempo, apostou na imunidade de rebanho, combateu a ciência e as Universidades Públicas, o que impulsionou a contaminação e segue promovendo um verdadeiro genocídio do nosso povo. E pior, seu governo fez negociata e corrupção com a vacina, demonstrando que para eles nossa vida vale menos que um dólar - enquanto nosso povo morria sufocado nos hospitais por falta de oxigênio.

Estamos em um cenário no qual mais de 14 milhões de brasileiros e brasileiras estão desempregados, a extrema-pobreza atinge mais de 17 milhões de pessoas, os preços dos alimentos e os combustíveis ficam cada dia mais caros, com aumentos de até 80%, enquanto os bilionários do país aumentaram em 34 bilhões suas fortunas.

Seguindo a lógica da mercantilização de tudo, inclusive da vida, estão destruindo a nossa Educação ao manter a EC 95, o Teto de Gastos, que representa um corte de aproximadamente 30 % para a UFMG nesse ano. Tais recursos são imprescindíveis para comprar equipamentos e garantir estruturas de biossegurança para retorno seguro, quando for o momento, com EPIs, tapetes sanitizantes, álcool em gel e outros instrumentos. Foram 18 % retirados da Assistência Estudantil, em um período em que as necessidades para permanência estudantil são ainda maiores.

Em meio a esse panorama, a UFMG, uma das mais importantes universidades do país, inicia a discussão sobre o Ensino Híbrido Emergencial (EHE).

Esse documento é composto por duas partes: a primeira, é um repasse da discussão sobre a retomada das atividades presenciais através do Ensino Híbrido Emergencial; a segunda são três eixos da política defendida por representantes estudantis: **#NenhumaVidaaMenos#TrancamentoNãoéPolíticadePermanência #EnsinoHíbridoSóComGarantias.**

No dia **08/07** a Câmara de Graduação aprovou o documento **“Orientações Iniciais para Planejamento Coletivo da Oferta de Atividades Presenciais nos Cursos de Graduação da UFMG”**. Atualmente, só os cursos da saúde que foram previamente autorizados na Câmara de Graduação, estão em ensino híbrido nas disciplinas com práticas assistenciais. Assim como na implementação do Ensino Remoto Emergencial em 2020, a

#NenhumaVidaaMenos #TrancamentoNãoéPolíticadePermanência #EnsinoHíbridoSóComGarantias

Reitoria pretende introduzir as discussões do Ensino Híbrido Emergencial (EHE) no seguinte formato:

1. Direcionar aos Colegiados, Diretorias e Departamentos uma consulta planejando quais disciplinas poderão ser ofertadas no próximo semestre de 3 formas: ensino híbrido (EHE), em ensino remoto (ERE) ou completamente presencial. Além disso, deverão prever qual a capacidade máxima de ocupação dos prédios considerando aspectos de ventilação, distanciamento social e estrutura. **O prazo limite para resposta à PROGRAD é 30/07.**
2. As Diretorias, Colegiados e Departamentos deverão se planejar em 2 novos cenários, além do atual em Ensino Remoto: Fase 1 do plano de flexibilização da UFMG¹, com ocupação máxima de 20% dos espaços; Fase 2, com ocupação de 40% dos espaços. As fases, assim como os planos, estão relacionados a indicadores epidemiológicos da cidade e do estado.
3. Aprovação, no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, de Resolução que regulamente o Ensino Híbrido Emergencial, seguida de elaboração pela Câmara de Graduação de um Guia para o EHE na Graduação.
4. Aprovação na Câmara de Graduação de Resolução que regulamente os processos avaliativos e aferição de assiduidade durante o EHE.
5. Ampliação do EHE na UFMG quando as condições sanitárias e epidemiológicas permitirem.

Foi mencionado, mais de uma vez, que o documento a ser direcionado aos Colegiados é uma abertura para o debate e que a discussão é sobre o “Como” e não o “Quando” o Ensino Híbrido ocorrerá. Entretanto, nós sabemos, pela experiência do último ano, que esta consulta é a primeira etapa da implementação do processo. Ainda que escalonado, gradual e semipresencial há uma série de questões centrais que precisam ser consideradas:

- Por hora, **não há previsão de disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual para os estudantes, professores, técnicos e terceirizados pela UFMG.** E atualmente, a quantidade distribuída de EPIs aos estudantes da Saúde é insuficiente para o uso ao longo de todo o semestre.
- A regulamentação sobre Avaliação e Aferição de Assiduidade no EHE, ainda que sinalizado pela Reitoria como um debate que acontecerá, para os estudantes é urgente. Não podemos retroceder em relação às conquistas do ERE.
- Pelo calendário vacinal de Minas Gerais, em setembro chegamos à vacinação na faixa entre 18 e 24 anos. Entretanto, **o Plano da UFMG não inclui a vacinação da comunidade como condição para efetivar o retorno nas Fases 1 e 2, ou seja, é possível que os estudantes retornem a Universidade sem serem vacinados.**

¹ Disponível em:

https://ufmg.br/storage/5/6/0/5/5605bbca05ab100a6f9946f7e5402855_16237752621319_1639181798.pdf

- Até então, a política institucional da UFMG é insuficiente para garantir os direitos dos grupos mais vulneráveis à COVID na comunidade acadêmica: **Trancamento de matrícula não é política de permanência!**
- Ao consultar os Colegiados, NDEs, Diretorias e Departamentos, **qual será a real participação estudantil nesse processo?** Sabemos o quanto somos sub-representados ou não representados em vários destes fóruns. Fora os relatos de desrespeito aos discentes que recorrentemente acontecem. Precisamos ter garantidos espaços de discussão e proposição! Sem a comunidade discente não é possível falar em espaço coletivo e construtivo.

Diante dessa situação, o Diretório Central dos Estudantes e o Conselho de Entidades de Base apresenta as seguintes **exigências para o retorno presencial através do Ensino Híbrido Emergencial:**

1. #NenhumaVidaaMenos

A vacinação dos professores, técnicos administrativos e grupos prioritários é um importante avanço para a reabertura das universidades. Contudo, a comunidade acadêmica é composta por 85,8% de estudantes que, em sua maioria, não foram vacinados. Hoje, 41% das mortes por COVID-19 são de pessoas jovens, que compõem essa maioria. É em meio a esses marcos que dizemos: #NenhumaVidaaMenos. Só é possível um retorno presencial com segurança se as seguintes medidas estiverem asseguradas:

- 1.1. A UFMG precisa exigir ao governo federal, estadual e municipal a execução do calendário vacinal previsto para setembro pelo Governo Estadual, para assim alcançar os estudantes que são a maior categoria da universidade. É necessário considerar os estudantes de todos os campi da UFMG, além de estudantes que hoje também não estão em seus campi e, por isso, terão calendários vacinais diversos. **Sem o avanço da vacinação, não podemos aceitar o retorno de 100%!**
- 1.2. Levantamento do índice de vacinação da comunidade acadêmica, incluindo trabalhadores terceirizados.
- 1.3. Ampla testagem da comunidade através da ampliação do Monitora Covid. Aplicando também um sistema de testagem randomizada para aumentar a eficácia nas medidas de prevenção.
- 1.4. Garantir EPIs de qualidade para estudantes, terceirizados, técnicos e docentes é responsabilidade da Universidade e direito de todas e todos.
- 1.5. Levar em consideração a percentagem de vacinados em comunidades externas a serem visitadas em pesquisas e trabalhos de campo. Apenas retomá-los quando houver segurança sanitária para essas comunidades receberem visitas.

2. #TrancamentoNãoéPolíticadePermanência

Em 2021, diante dos cortes, nossa Assistência Estudantil encolheu! Em relação aos valores de um ano atrás, o Auxílio Complementar Emergencial, a principal política de assistência estudantil na pandemia, sofreu redução de 22,9% no Nível I, 50% no Nível II e 62,2% no

Nível III, além de excluir os estudantes com renda acima de 1,5 salários per capita. Os estudantes antes assistidos pelo Auxílio Internet foram migrados para o Chip do Governo Federal, que é insuficiente. O Ensino Remoto Emergencial tem muitos limites e produz diversos prejuízos nos processos educativos da nossa comunidade. Diante de qualquer perspectiva de ensino híbrido, novas demandas ressurgem pelo Auxílio Transporte e funcionamento dos Restaurantes Universitários. É necessário aprofundar os esforços para garantir a permanência da comunidade estudantil diante do cenário imposto pelo Governo de Bolsonaro e Paulo Guedes. Nos recusamos a fazer a gestão da crise que esse governo institui como projeto. Diante disso:

- 2.1. A luta em defesa da Universidade Pública passa necessariamente pela luta contra os cortes! **É importante um firme posicionamento da Reitoria frente aos cortes orçamentários.** Em consonância com a atuação nas ruas, no parlamento, entidades, sindicatos e frentes que o movimento estudantil e os movimentos sociais constroem cotidianamente.
- 2.2. **Apoio financeiro para que os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou fumpistas retornem a todos os seus campi da UFMG:** quando as atividades presenciais foram interrompidas em março de 2020, a Reitoria pagou um Auxílio Emergencial para todos os assistidos no valor de R\$200. A mesma demanda precisa ser reconhecida agora!
- 2.3. Ensino Híbrido para ser de fato Emergencial tem que ter data para acabar! Nossos cursos não são EaD e não queremos o legado da precarização do Ensino Remoto Emergencial: os estudantes que tiveram suas práticas prejudicadas pelo ERE precisam ser priorizados na retomada das atividades presenciais.
- 2.4. Políticas para estudantes que pertencem a e/ou convivem com pessoas de grupos mais vulneráveis à COVID-19: ofertar o trancamento como alternativa à não realização de práticas não nos serve! O que isso produz é retenção e evasão de estudantes que vivem com comorbidades e doenças raras. Precisamos de planos de acompanhamento pedagógico para manutenção do vínculo e garantia do acesso com equidade ao processo educativo!
- 2.5. É necessário que a PROGRAD, DRCA, PRAE² façam **busca ativa de TODOS os estudantes**, com objetivo de conhecer as diversas realidades e encontrar caminhos para a permanência estudantil de cada um(a). Desde o início da implementação do ERE estamos exigindo que essa política seja realizada e agora com o retorno através do EHE não podemos mais aceitar que a UFMG não a execute.
- 2.6. Os calouros das entradas 2020/01, 2020/02 e 2021/01 precisam ser acolhidos e informados sobre toda a política da UFMG, sobretudo, da Assistência Estudantil. Muitos foram para o interior e não tiveram acesso às informações sobre o ingresso para pleitear a assistência. A PRAE e a FUMP, por sua vez,

² Pró-Reitoria de Graduação, Departamento de Registro e Controle Acadêmico e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

precisam estar preparadas para acolher e fazer uma análise socioeconômica que corresponda a complexidade das realidades vividas pelos estudantes.

- 2.7. Precisamos avançar nas políticas de acesso à moradia! Com a retomada gradual das atividades presenciais é necessário que as demandas dos estudantes que virão para Belo Horizonte sejam contempladas pela PRAE e pela FUMP.
- 2.8. Manutenção e ampliação do Auxílio Transporte durante o Ensino Híbrido Emergencial.
- 2.9. Retorno dos atendimentos presenciais da FUMP: assistência social, psicológica, médica e odontológica conforme demanda.

3. #EnsinoHíbridoSóComGarantias

Assim como o Ensino Remoto Emergencial exigiu mudanças importantes nas normas e no regime acadêmico, o Ensino Híbrido também exigirá. E para que nenhum estudante fique para trás, todas as instâncias da UFMG tem que partir de um lugar: o direito a uma educação de qualidade, pública, gratuita, diversa e inclusiva levando em conta quem hoje é o corpo estudantil. Por isso propomos:

- 3.1. Que nenhum direito conquistado no Ensino Remoto Emergencial seja alterado para o Ensino Híbrido Emergencial. É necessário avançar e não retroceder!
- 3.2. Discussão com a comunidade acadêmica através de Plenárias ou atividades semelhantes em que os estudantes tenham voz, além de consultas amplas até 31/07.
- 3.3. As orientações da PROGRAD para o EHE precisam ser **obrigatórias**, não apenas sugestões. Vivemos diversas violações de direitos durante o Ensino Remoto Emergencial baseadas no tom sugestivo das orientações passadas e precisamos avançar!
- 3.4. Avaliação não é punição: precisamos da diversificação das formas de avaliação respeitando as orientações do ERE e não queremos disciplinas remotas com avaliações presenciais.
- 3.5. A aferição da frequência não deve ocorrer no Ensino Híbrido assim como não ocorre no ensino remoto. Queremos acompanhamento, não penalização pelas adversidades. A PROGRAD precisa emitir resolução determinando isso!
- 3.6. É necessário assegurar o direito a todos(as) estudantes de cursarem as disciplinas no EHE. Entretanto, sabemos das realidades adversas que atravessam as vidas e o trancamento total e parcial precisam estar assegurados independente dos prazos regimentais. Em tempos excepcionais, é necessário ter políticas excepcionais!
- 3.7. Para não deixar nenhum estudante para trás, os Colegiados e Departamentos precisam elaborar planos de acompanhamento pedagógico à estudantes com deficiência, mães/pais/tutores solo, estudantes transgênero, estudantes que se encontram em situação de violência doméstica, entre outras condições que indiquem situação de vulnerabilidade;

- 3.8. Manter extensão do tempo máximo de integralização, de 2 semestres adicionais, e a suspensão de desligamentos dos estudantes.
- 3.9. Como no ERE, garantir que os trancamentos não necessitem de documentos para justificativa, bastando a justificativa da pandemia, sem prejuízo à quantidade máxima de trancamentos durante o curso.
- 3.10. Regime Acadêmico Especial como direito amplo, assegurado a todas e todos estudantes durante todo o período do EHE.
- 3.11. Não contabilização da Nota Semestral Global (NSG) e do Rendimento Semestral Global (RSG) durante o período de EHE.
- 3.12. Manutenção da dispensa à obrigatoriedade mínima de quantidade de créditos estabelecida pelas novas normas acadêmicas.
- 3.13. É necessário ter uma política adequada de monitoramento da implementação do EHE nas unidades com participação estudantil.
- 3.14. Planejamento global, integrando as diferentes modalidades de ensino, para que não haja sobrecarga de aulas síncronas, assíncronas e presenciais. É necessário considerar tempo de deslocamento e demais variáveis.

Os elementos trazidos nessa carta são parte das demandas de **estudantes**, mas que também refletem a realidade vivenciada por **docentes**, **técnicos** e demais **servidores**, durante o **desmantelamento da democracia** em meio a um **pandemicídio anunciado**. Essa soma de crises que a pandemia faz emergir, escancara a sistemática tentativa do **governo Bolsonaro** e seus anteriores em **atacar** o ensino crítico, socialmente referenciado, destruindo o funcionalismo público e a autonomia das instituições públicas.

Além disso, escancara os grupos que sempre foram e seguem sendo os mais atingidos pela **política de sucateamento e privatização das universidades e instituições públicas**. Empurrando para fora mais rápido a juventude negra, abandonada e exterminada pelo Estado, periférica, LGBTQIA+, PCD, indígena, do interior e do campo; que precisa trabalhar, que se sustenta com a arte, que são mães e pais, e/ou responsáveis por crianças, familiares e pela manutenção da casa; que sofrem com a desigualdade de acesso às tecnologias e condições precárias de moradia, e também os/as trabalhadores/as terceirizados/as, e toda e qualquer pessoa com sua singularidade apagada dentro da dinâmica universitária.

Não nos cabem mais esses lugares de sub-representação. **Reivindicamos mais espaços de discussão e deliberação com estudantes, entidades estudantis e terceirizados. E não vamos também aceitar o extermínio a céu aberto do ensino público gratuito** colocado pelo Governo Federal à mando dos conglomerados empresariais do ensino privado, extermínio esse que atinge a toda comunidade acadêmica e sociedade. Não há projeto de retorno pra esse lugar, nada será como antes. O que pretende a reitoria em meio a tudo isso? **Não daremos um passo atrás e não esqueceremos nenhuma vida que ficou nessa jornada de lutas que persiste!**

Assinam este documento:

DCE

CAHis

DAAB
CeMet
CABM
DAFAFICH
CAEST
CASa
CAMUS
GRAERO
GEQLMS
CAZOOUFMG
DAFACE
DA Música
DAFAFAR
CACS
G3E
GECA
DA EEFFTO
DAMAR
CAAP
CAPsi
DAEE
DAIGC
DAFaE
GEA
CACE
DA.EAD
CALS